

## Resenhas

LUNA FREIRE, Letícia. *Próximo do saber, longe do progresso: histórias de uma vila residencial no campus universitário da Ilha do Fundão – RJ*. Niterói: Editora UFF, 2014. 250 pp.

Marluci Menezes  
(LNEC)

O livro de Letícia Luna Freire, psicóloga de formação com um percurso de especialização que a levará ao campo da antropologia, constitui uma interessante e profícua obra para quem estuda ou se interessa pelos processos de transformação urbana. De forma talentosa, o livro recupera e confere visibilidade aos micro-processos socio-espaciais de constituição (e transfiguração) da luta pelo direito à habitar na Vila Residencial, sita no campus universitário da Ilha do Fundão, RJ. Derivado da dissertação de doutorado da autora, o título do livro resgata a denominação de um artigo do *Jornal do Brasil* de outubro de 2008. Artigo onde a desarmoniosa relação socio-espacial entre a Vila Residencial e o campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) era retratada como: “próximo ao saber, longe do progresso”.

Em específico, o livro focaliza-se na história e morfologia social da Vila Residencial. E, a partir do método etnográfico, de modo detalhado e sistemático, o livro analisa os recursos mobilizados pelos moradores locais para reclamar o direito de permanência na região afeta ao campus universitário. O percurso analítico realiza-se a partir de três eixos de questões:

- O processo de formação do “lugar” Vila Residencial: a partir da história local e da memória coletiva, atentando para os elementos e mecanismos de resignificação do passado no presente.
- Os modos de habitar, estilos de vida e sentidos conferidos ao lugar pelos habitantes: a partir de uma “etnografia primorosa”, como referido por Simone L. Guedes na apresentação do livro, e que reflete o tempo de estadia em campo por parte da pesquisadora (2008-2010).
- Os considerandos associados à defesa de remoção e à defesa de manutenção dos moradores: a partir de uma cuidada análise da (mutante) relação entre a Vila Residencial e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sendo

realçado os entendimentos e conflitos, conquistas e insucessos experienciados pelos moradores na sua (continuada) luta pelo direito à habitação no “lugar” Vila.

O livro estrutura-se em quatro capítulos, antecidos de uma Introdução e seguidos de um conjunto de “Notas Finais”.

A “Introdução” apresenta as proposições teóricas e sensitivas que enquadram o percurso metodológico de “chegada” ao terreno de pesquisa e “encontro etnográfico” com o mundo social da Vila (p. 28). Explica-se como o foco da pesquisa passa de uma ótica historiográfica para as tantas “histórias” do lugar. Estas “histórias” são sobretudo reveladas pelas narrativas dos moradores e por um “caminhar” próximo e atento aos sentidos – olhar e ouvir –, ainda que assumindo uma perspectiva distanciada e precursora do questionamento.

O capítulo primeiro – “Ilhas de Histórias” – debruça-se sobre o processo de produção da Cidade Universitária da UFRJ (antiga Universidade do Brasil). Com o objetivo de analisar a ideologia e técnica que precede a escolha do sítio de localização e instalação da Cidade Universitária – e que decorreu entre 1935 e 1972 –, o empreendimento realizado percorre um conjunto variado de fontes primárias e secundárias. Este capítulo traça um percurso histórico bastante completo e detalhado. Nele demonstra-se, a partir da recolha e do entrelaçar de uma diversidade de “histórias”, os limites de um prisma de modernidade. Já que, tratando-se de uma modernidade amparada numa racionalidade arquitetónica-urbanística de cidade universitária, tentou uma nova ordem a partir da negação do já existente. Isto é, o sítio de instalação do campus deriva do aterro de um conjunto de ilhas cuja história liga-se, para além da universidade, a muitos outros aspectos. Na verdade, relaciona-se também com a cidade, com o país e com as gentes que inventaram as geografias sociais que os liga ao território.

No seguimento do trilho analítico-interpretativo iniciado no capítulo anterior, no segundo capítulo – “Da Ilha de Sapucaia à Vila Residencial” – passa-se para a narrativa histórica da Vila Residencial, segundo exposição feita pelos moradores. O intervalo entre os anos de 1940 e de 1970 é privilegiado, pois corresponde a origem do sítio de implantação do campus e do complexo residencial destinado aos funcionários da universidade. Nomeadamente, equivale a: (i) desativação do vazadouro do lixo de Sapucaia – num Rio de Janeiro ainda capital do país – e o aterro para a união desta ilha às demais, com a respectiva criação do sítio de implantação do campus; (ii) decisão de concentração das moradias dos funcionários, então dispersas pelo campus, numa única área, tendo a mesma sido proporcionada na sequência do canteiro de obras para a Ponte Rio-Niterói. O relato dos moradores permite identificar uma diversidade de ligações – de âmbito económico, social, cultural – entre as famílias locais, entre estas e a Baía da Guanabara e ainda com a dinâmica de consolidação da Cidade Universitária. Verifica-se ainda que um dos contributos para a estabilização da Vila é a vinda de moradores de outras localidades. Estes moradores estão na base da diversidade socio-local dos dias de hoje. Mas viriam fundamentar também uma diferenciação sociocultural interna entre os moradores mais antigos – “estabelecidos” – e os mais recentes – “outsiders”. E mais: pela leitura dos relatos, observa-se que mesmo estes últimos distinguem-se entre si por uma espécie de grau de antiguidade no local. Este capítulo tem ainda o mérito de identificar um conjunto de relações de afinidades e afastamentos,

acordos e controvérsias presentes no continuado processo de invenção, manutenção e reivindicação do lugar de morar. Enfim, este capítulo se constitui como fundamental para a compreensão da dinâmica política da parte dos moradores, um aspecto retomado de modo mais contundente no quarto capítulo.

Mas antes, no capítulo três – “Um pedacinho do céu” –, o leitor acompanha a viagem etnográfica da autora através da descrição do espaço físico do “lugar” Vila Residencial, dos modos e estilos de viver, das relações de vizinhança, usos e apropriações, e das representações feitas da Vila. O que, em outras palavras, viabiliza o entendimento da relação entre organização social e organização do espaço, permitindo ao leitor perceber a lógica socio-espacial e simbólica de definição de um lugar.

Por fim, o quarto e último capítulo – “Ser ou não ser ‘da UFRJ’, eis a questão” –, retoma os aspectos históricos, políticos e sociais que, no decurso de mais de trinta anos, constituíram as arenas públicas que subjazem as relações. Melhor dizendo: as negociações – entre o “lugar” Vila (através de uma Associação de Moradores) e a Universidade (através de duas instâncias: Conselho Universitário e Prefeitura da UFRJ). Este capítulo é contundente no modo como analisa o drama social subjacente as conquistas e retrocessos de luta pelo direito à morar e à manter-se na Vila. Aspectos, entretanto descritos em quatro fases: “ruptura”, “crise”, “ação reparadora” e “reintegração”. O drama social, todavia, mantém-se com novos contornos: a melhoria das condições urbanísticas locais contribuiu para valorizar o “lugar”. O “lugar” torna-se, assim, objeto de especulação imobiliária. Um “lugar” onde, pouco a pouco, observa-se a alteração no perfil social dos seus moradores. Esta nova dinâmica especulativa não é a alheia aos processos de reconversão urbana que adentram pela cidade do Rio de Janeiro, tendencialmente vindo a refletir-se na Vila Residencial. Um drama social que poderá, eventualmente, ser contrariado pela capacidade social de renegociar a memória. Podendo, assim, vir a “servir para consubstanciar um direito” (p. 237), conforme referido no último ponto do livro, onde a autora realiza uma síntese reflexiva do conteúdo do trabalho. Aqui, é destacado o poder da narrativa enquanto perspectiva pragmática. Mas também é destacado o poder da memória, enquanto “representação seletiva do passado”, já que é o que “dá suporte, no presente, à reivindicação dos moradores para sua permanência na área, e sustenta sua rejeição a serem vistos como ‘invasores’” (p. 235).

Entre a imersão e a emersão em terreno de pesquisa, a autora revela vivências específicas, ausências, conquistas e perdas, memórias e aspirações a partir da narrativa do(s) morador(es). Por imersão entenda-se a ida e estadia em campo: “chegar”, “olhar” e “ouvir”. Já por emersão entenda-se o retorno e transmutação da experiência de campo em discurso antropológico: “escrever”. Até porque, conforme indicado por Marco Mello no Prefácio, a narrativa permite “ordenar” e “distinguir”, afastando-se de um discurso “descritivo” e “nivelador” de “todas as coisas” (p.21). Através do recurso à narrativa, o livro desprende-se do discurso oficial que, por exemplo, se inscreve nos arquivos e nas racionalidades bidimensionais representadas pelos projetos arquitetônico-urbanísticos.

O livro em apreço concede protagonismo a voz do(s) habitante(s), transformando a sua experiência em nossa. O que, nas palavras da autora, permite apresentar o livro “como o resultado de um processo de afetação de novas formas de olhar, de ouvir, de pensar e de sentir” (p.33). Assim, a recuperação da história enquanto um

plural de falas, restaura a narrativa do(s) morador(es), permitindo que o lugar seja descoberto não somente pelos seus “espaços”, mas também através das suas “histórias”. Todavia, o discurso oficial não é renegado, mas contado como uma das falas do lugar. Isto porque, a trama é protagonizada pela experiência do espaço vivido. Um espaço onde a infusão entre a experiência do lugar mais a evocação de outros eventos, outros espaços e lugares, outras experiências e tempos, e das muitas vozes que sobre ele falam, faz pensar em “multivocalidade” e “multilocalidade”, conforme sentido atribuído por Margaret C. Rodman (in: "Empowering place: multilocality and multivocality" *American Anthropologist* 94: 3, 1992: 640-656). O que permite abordar (algumas) das várias dimensões que compõem o lugar e descentrar a análise. Em outras palavras: tal habilita o leitor a compreender a construção do lugar como um processo de sentidos múltiplos. E que, por outro lado, viabiliza a construção de um olhar a partir do ponto de vista daqueles que, tantas vezes remetidos ao silêncio, fazem também parte da invenção continuada da fábrica urbana: os habitantes. O “lugar” Vila Residencial da Ilha do Fundão é, assim, politizado, culturalmente relativo, historicamente específico, localizável e sujeito a múltiplas construções (e também destruições). Pois, o lugar é construído socialmente e por isso é como é. Isto é, o lugar representa pessoas e serve como pretexto para a compreensão de como as pessoas se servem dele, apropriando-o e incorporando-o.

O livro foca ainda um outro aspecto central da compreensão de um lugar numa cidade em (contínua e acelerada) transformação: a articulação entre três tempos e três escalas. Isto é, o lugar herdado (enquanto memória), o lugar habitado (como o espaço que continuamente se faz e refaz) e o lugar projetado (enquanto horizonte futuro), como observa Alessia de Biase (in: "Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea" *Redobra* 10:3, 2012: 190-206).

A leitura do livro permite, por fim, levantar uma questão: diz o ditado popular que “o saber não ocupa espaço”, será?